

# ORDEM DOS ADVOGADOS

Orçamento da Ordem dos Advogados (consolidado) para o ano de 2018

## Introdução

Nos termos do disposto na alínea q) do nº 1 do artigo 46º do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pela Lei n.º 145/2015, de 9 de setembro, é da competência do conselho geral *“submeter à aprovação da assembleia geral o orçamento e plano de atividades para o ano civil seguinte, as contas do ano civil anterior e o respetivo relatório sobre as atividades anuais que forem apresentadas pelo bastonário”*.

O orçamento da Ordem dos Advogados é um documento que resulta da valorização dos programas que decorrem dos planos de atividades de todos os órgãos que estão obrigados à sua preparação, como o determina os E.O.A., nas competências que este atribui a cada um desses órgãos.

Apesar de relativamente a alguns dos órgãos não constar expresso o plano de atividades, este fica implícito nos pressupostos e fundamentos à preparação dos respetivos orçamentos.

Ora, os planos de atividade e respetivos orçamentos dos Conselhos Regionais, dos Conselhos de Deontologia e das Delegações e Agrupamentos de Delegações já foram aprovados nas respetivas assembleias regionais e assembleias locais.

Contudo, e no que diz respeito aos orçamentos individuais de cada um dos órgãos, apesar de aprovados localmente, os mesmos foram objeto de correções e reajustamentos, em virtude de erros e omissões detetadas no processo de consolidação.

Por isso, embora esses orçamentos façam parte integrante da presente proposta de orçamento consolidado, o que aqui se dá por reproduzido são os orçamentos individuais depois de corrigidos, tal como se refere no capítulo seguinte - Considerações prévias.

Quanto ao plano de atividades do Conselho Geral, não só faz parte integrante deste documento, como o mesmo é para aqui transcrito uma vez que se trata de um documento mais abrangente e que explicita e desenvolve as atividades que irão ser desenvolvidas, aliás, com o envolvimento e a participação dos demais órgãos, ficando desta forma reproduzido no plano de atividades consolidado.

## **Considerações prévias**

A consolidação / integração da proposta de orçamento da OA foi precedida, como se referiu, das correções e dos necessários ajustamentos com vista à harmonização de rubricas e critérios, sendo que essas correções e ajustamentos não apresentam peso significativo no orçamento consolidado.

Com relevância na proposta de orçamento consolidado, destacam-se os seguintes factos, que têm sido recorrentes:

### **1. Conselho regional dos Açores**

As delegações da área territorial do conselho regional dos Açores não apresentam qualquer previsão de despesas pelo que nos seus orçamentos apenas constam as receitas estatutárias.

### **2. Conselho regional de Évora**

As delegações do conselho regional de Évora não apresentam quaisquer despesas, uma vez que as mesmas constam do orçamento integrado do agrupamento a que pertencem, pelo que a análise da execução orçamental por delegação ficará prejudicada, sendo a mesma feita agrupamento a agrupamento. Sem prejuízo desta análise integrada, todas as despesas incorridas serão reconhecidas por delegação.

### **3. Conselho regional de Coimbra**

Cerca de 50% das delegações da área territorial do conselho regional de Coimbra continuam a não apresentar qualquer previsão de despesas, pelo que do seu orçamento apenas constam as receitas estatutárias.

## **PLANO DE ATIVIDADES**

A Ordem desenvolverá, através de todos os seus órgãos, as atividades que constam em cada um dos seus planos e respetivos programas.

Muitas dessas atividades são comuns e ou transversais a todos os órgãos e todas elas, de uma forma direta ou indireta, têm como denominador comum prosseguir os objetivos a que se propõem, seja na prestação de todos os serviços de apoio aos seus associados, seja no desenvolvimento e defesa dos seus direitos e prerrogativas, contribuindo para a dignificação da profissão, para a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, logo, da democracia e do estado de direito.

Por isso, de alguma forma, o plano de atividades da Ordem está refletido através do do Conselho Geral, que para aqui se transcreve, dando-se aqui por reproduzidos os dos demais órgãos .

**1. Ao nível institucional, destacamos**

- Atividades do bastonário
- Atividades das comissões e institutos
- Cidadania e direitos humanos
- Combate contra os atos de procuradoria ilícita
- Atividades no âmbito das relações internacionais
- Comunicação e imagem da O.A.
- Congresso dos Advogados Portugueses
- Realização de conferências, palestras, colóquios e outros eventos
- Ações junto dos meios de comunicação social
- Alteração dos Estatutos

**2. Outras atividades da competência da O.A., tais como:**

- Novo regulamento de proteção de dados pessoais
- Ação legislativa com a Assembleia da República
- Ação legislativa com o Governo
- Atividades institucionais com Conselho Superior da Magistratura Judicial, Supremo Tribunal de Justiça, Tribunais, Centro de Estudos Judiciários, outras Ordens e Associações Profissionais, Universidades e outras associações.

**3. Medidas e serviços de apoio aos advogados**

- Portal da O.A. - prosseguir com o projeto de integração dos conselhos regionais, conselhos de deontologia e delegações.
- Medidas de apoio à maternidade
- Implementação da vinheta eletrónica
- Implementação do voto eletrónico

**4. Organização interna e da gestão dos recursos humanos**

- Reorganização dos serviços.
- Definição de funções, criação e implementação de manual de procedimentos.
- Implementação do regime da contratação pública e das regras da execução orçamental.
- Implementação dos mecanismos conducentes ao cumprimento da legislação do Novo Regulamento da Proteção de Dados.
- Criação, conjuntamente e com a colaboração dos Conselhos Regionais, de mecanismos conducentes à uniformidade de procedimentos, de centralização das compras de bens e serviços cuja necessidade é transversal a todos os órgãos da O.A., visando objetivos

de economia, eficiência e eficácia, de uniformização de políticas de gestão de recursos humanos.

5. Plano estratégico envolvendo todos os órgãos e serviços, a conceber no decurso do ano de 2018, visando um período alargado, dando início ao plano de atividades e preparação do orçamento para 2019.

## **Proposta de orçamento consolidado**

O conjunto vasto de atividades que a Ordem tem projetado realizar por todos os órgãos os investimentos que são necessárias realizar, o funcionamento dos serviços para a realização das tarefas que lhe estão acometidas, a manutenção das plataformas para apoio aos advogados no exercício da sua atividade, de que se destaca o SINOA para a prática de atos, não esquecendo o seguro de responsabilidade profissional, exigem um financiamento global de € 14 597 374,78.

A principal fonte para o financiamento de todas essas atividades é quotização paga pelos advogados e que representa cerca de 83% do total de receitas previstas.

Outras receitas que constam previstas no orçamento têm como contrapartida direta os serviços que são prestados, como é o caso das receitas geradas nos centros de estágio - cerca de 9% das receitas totais -, que se destina a suportar as despesas com essa atividade, tal como as receitas da formação destinada a financiar parte das despesas com esta atividade, ou os subsídios recebidos do Estado, destinados a financiar as despesas de funcionamento dos gabinetes de consulta jurídica ou, ainda, a receita proveniente da emissão de laudos, destinada aos relatores dos mesmos

As demais receitas têm um peso diminuto, mas sempre são um contributo para o financiamento das atividades fundamentais da Ordem - patrocínios concedidos por alguns dos nossos parceiros para financiar atividades específicas, como é o caso do Congresso dos Advogados e a receita proveniente da procuradoria e taxas de justiça.

Este documento demonstrará todas as despesas que estão previsto ser realizadas, pelas suas naturezas, sendo que a sua fundamentação e justificação se encontram divulgadas nos orçamentos individuais de cada um dos órgãos.

Serão, todavia, demonstradas as variações orçamentais identificadas como sendo as mais relevantes.

Desde já, o quadro seguinte resume, em grandes números, o orçamento consolidado da OA para o ano de 2018, em que o aumento do saldo orçamental face ao do ano anterior se explica pelo aumento mais que proporcional das receitas previstas em relação ao aumento das despesas previstas:

<i><b>Descrição</b></i>	<i><b>2018</b></i>	<i><b>2017</b></i>
<i>Receitas correntes</i>	<b>14 795 472,20</b>	<b>14 738 180,23</b>
<i>Despesas correntes</i>	<b>13 875 552,37</b>	<b>13 267 666,91</b>
<i>Excedente gerado</i>	<b>919 919,83</b>	<b>1 470 513,32</b>
<i>Despesas de investimento</i>	<b>721 822,41</b>	<b>387 489,73</b>
<i>Receitas de desinvestimentos</i>	<b>6 500,00</b>	<b>0,00</b>
<i><b>Saldo orçamental final</b></i>	<b>204 597,42</b>	<b>1 083 023,59</b>

Considerando que o orçamento para 2017, foi um orçamento concebido sem linhas estratégicas definidas, na medida em que se tratava de um orçamento a ser realizado por novos órgãos que deveriam sair das eleições que ainda não tinham ocorrido à data da preparação do documento, pode prejudicar, em alguns casos, a comparabilidade das rubricas.

Por outro lado, as opções dos órgãos eleitos quanto às atividades que se propõem desenvolver, entre outras medidas de gestão, podem determinar orçamentos muito divergentes, como é o da presente situação.

De facto, a diminuição do saldo orçamental previsto para 2018 corresponde a cerca de 20% do saldo previsto para 2017. O orçamento retificativo de 2017, que também vai ser presente à assembleia, demonstra que o orçamento de 2017 não estava em consonância com o que iriam ser as atividades e as despesas inerentes.

Além disso e agravamento deste equilíbrio orçamental, as receitas praticamente não variam.

De facto, a variação de menos de 0,5% não é relevante, enquanto as despesas correntes aumentam face ao orçamento anterior cerca de 4,6% e as despesas de investimento crescem cerca de 85%, sendo certo que estas se justificam pela necessidade de manter os serviços a operar sem constrangimentos e a garantir sobretudo o funcionamento dos serviços de apoio aos advogados.

E, de acordo com o relatório do orçamento do Conselho Geral, a totalidade dos investimentos que necessitam ser realizados vão ser deferidos por, pelo menos, mais dois anos.

No quadro em baixo é possível constatar que a maior fatia das despesas vai para as despesas com pessoal que representam cerca de 42% das despesas totais.

E que 88% das despesas totais se repartem por apenas oito rubricas, como o mostra a figura seguinte:

Descrição	2018		2017	
Despesas com pessoal	6 108 368,33	42%	5 857 745,12	43%
Trabalhos especializados	1 542 198,46	11%	1 260 243,85	9%
Honorários	1 512 038,90	10%	1 417 484,91	10%
Seguros	1 267 602,63	9%	1 167 111,96	9%
Deslocações, estadas e transportes	618 198,37	4%	431 975,08	3%
Rendas e alugueres de instalações	738 163,31	5%	699 265,92	5%
Comunicação	484 475,42	3%	521 207,58	4%
Investimentos	721 822,41	5%	387 489,73	3%
Total	12 848 835,31	88%	11 593 233,83	85%

As despesas com pessoal mantêm-se sensivelmente com o mesmo peso no orçamento, apesar do aumento de cerca de 4,3%, face ao orçamento do ano anterior e que corresponde ao quadro de pessoal assim distribuído:

Órgãos	Quadro de pessoal
<i>Conselho geral</i>	55
<i>Órgãos da área jurisdicional do CRL</i>	73
<i>Órgãos da área jurisdicional do CRP</i>	48
<i>Órgãos da área jurisdicional do CRC</i>	15
<i>Órgãos da área jurisdicional do CRE</i>	11
<i>Órgãos da área jurisdicional do CRF</i>	4
<i>Órgãos da área jurisdicional do CRA</i>	2
<i>Órgãos da área jurisdicional do CRM</i>	4
<b>Total</b>	<b>212</b>

Com exceção do orçamento individual do conselho geral, que é divulgado conjuntamente com o presente documento, todos os relatórios e orçamentos dos demais órgãos encontram-se divulgados no portal da Ordem dos Advogados, mas fazendo parte integrante deste documento.

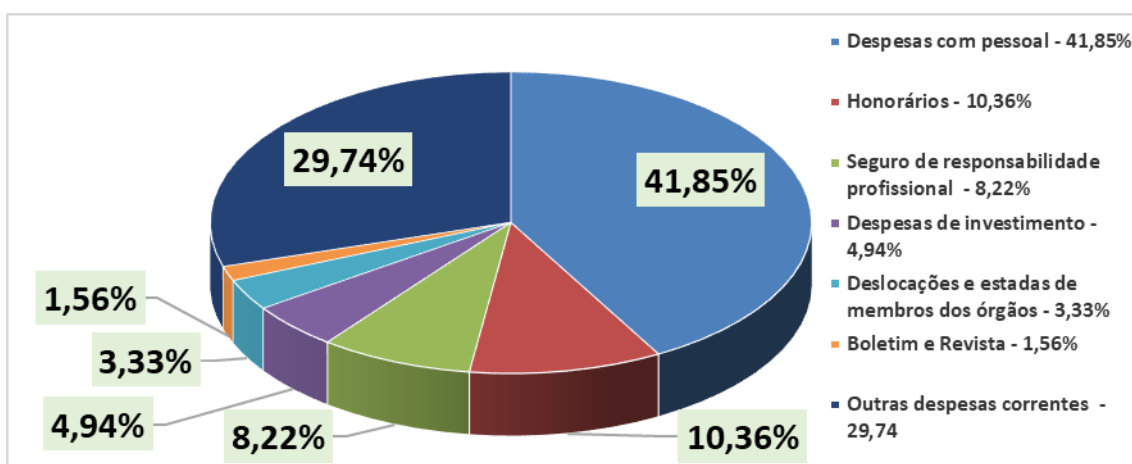
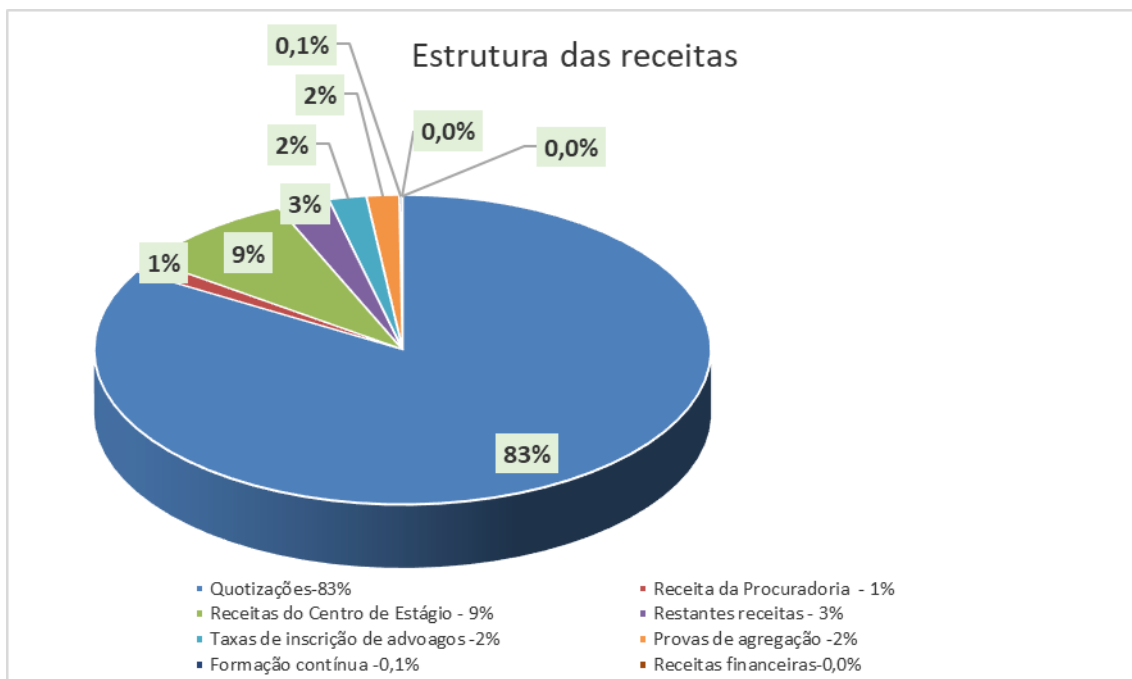
PROPOSTA DE ORÇAMENTO consolidado PARA 2018		
Descrição	2018	2017
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		
<b>Serviços especializados</b>	<b>3 525 099,85</b>	<b>3 002 789,00</b>
Trabalhos especializados	1 542 198,46	1 260 243,85
Publicidade e divulgação institucional e obrigatória	73 229,25	43 504,50
Vigilância e segurança	79 853,67	67 578,23
Honorários	1 512 038,90	1 417 484,91
Comissões	70,00	7 500,00
Conservação e reparação	222 562,00	142 320,95
Serviços bancários	24 864,52	24 156,56
Outros serviços especializados	70 283,05	40 000,00
<b>Materiais</b>	<b>283 556,93</b>	<b>274 065,39</b>
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	16 231,54	17 274,14
Livros e documentação técnica	26 790,00	32 025,00
Material de escritório e consumíveis de informática	111 937,40	108 676,99
Artigos para oferta	66 284,12	57 454,58
Ornamentação e decoração	13 795,00	13 897,00
Material de limpeza e higiene	38 111,88	34 325,68
Jornais e revistas	10 407,00	10 412,00
<b>Energia e fluidos</b>	<b>160 089,04</b>	<b>155 417,07</b>
Eletricidade	137 288,33	133 489,07
Combustíveis	5 060,00	6 060,00
Água	17 740,71	15 868,00
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>618 198,37</b>	<b>431 975,08</b>
Deslocações e estadas de pessoal	25 776,39	18 210,00
Transportes de pessoal	220,00	680,00
Deslocações e estadas de membros de órgãos da OA	486 441,98	363 000,08
Deslocações e estadas de outras entidades	102 810,00	45 585,00
Transporte de mercadorias e outros materiais	2 450,00	2 890,00
Portagens e estacionamento	500,00	1 610,00
<b>Serviços diversos</b>	<b>2 798 199,22</b>	<b>2 669 578,32</b>
Rendas e alugueres de instalações	594 130,79	549 975,60
Condomínio	10 703,56	16 704,60
Parques de estacionamento	18 702,00	22 605,44
Aluguer de espaços para eventos	80 750,00	86 546,80
Aluguer de equipamento	33 876,96	23 433,48
Comunicação	484 475,42	521 207,58
Seguros	1 267 602,63	1 167 111,96
Contencioso e notariado	5 000,00	6 400,00
Despesas de representação	73 192,00	59 165,00
Limpeza, higiene e conforto	96 677,58	92 251,52
Águas, cafés e outros	48 802,58	43 981,34
Refeições conveniência serviço de membros de órgãos da OA	76 035,70	80 195,00
Refeições com outras entidades	8 250,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>7 385 143,41</b>	<b>6 533 824,86</b>

PROPOSTA DE ORÇAMENTO consolidado PARA 2018		
Descrição	2018	2017
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		
Despesas com pessoal	6 108 368,33	5 857 745,12
Remunerações e encargos membros órgãos sociais	150 456,50	128 354,28
Remunerações do pessoal e benefícios	4 759 845,83	4 581 104,73
Ordenados e salários	3 337 326,67	3 204 464,13
Subsídio de férias	297 397,69	288 724,34
Subsídio de natal	297 417,69	288 724,34
Prémio de desempenho	1 400,00	1 500,00
Diuturnidades	132 248,76	105 680,88
Isenção de horário de trabalho	131 510,73	156 599,72
Trabalho suplementar	57 200,00	52 950,00
Subsídio de refeição excluído de tributação	274 088,44	259 300,32
Subsídio de refeição sujeito a tributação	146 442,49	151 744,34
Subsídio de transporte	1 748,68	1 728,54
Abonos para falhas	5 025,00	4 987,51
Passes sociais	6 432,75	6 366,80
Benefícios pós-emprego (complemento de reforma)	8 208,96	9 935,86
Outros benefícios	32 397,96	32 397,96
Indemnizações/compensações cessação contratos trabalho	31 000,00	16 000,00
Encargos sobre remunerações	979 961,23	944 272,81
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	2 964,66	163,83
Seguro de acidentes de trabalho	49 881,39	54 057,08
Seguro de saúde grupo	90 189,17	92 821,43
Medicina, higiene e segurança	14 225,08	13 351,47
Formação profissional	46 575,00	35 450,00
Confraternização com pessoal	11 094,47	5 844,47
Refeições por conveniência de serviço	800,00	950,00
Outras despesas com pessoal	2 375,00	1 375,00
Outras despesas	382 040,64	876 096,94
Impostos	19 768,68	20 308,85
Donativos	10 960,00	8 310,00
Quotizações	73 807,47	71 222,78
Ofertas e amostras de inventários	12 000,00	4 500,00
Outros	20 730,00	9 270,00
Juros suportados	1 130,00	1 530,00
Contribuições para Segurança Social	0,00	22 515,48
Reembolso de quotas a advogadas parturientes	24 378,00	0,00
Reembolso Advogados estagiários	95 725,00	0,00
Comissões, Institutos e atividades	48 000,00	693 500,00
Compras	75 541,49	44 939,83
<b>DESPESAS CORRENTES TOTAIS</b>	<b>13 875 552,37</b>	<b>13 267 666,91</b>



PROPOSTA DE ORÇAMENTO consolidado PARA 2018		
Descrição	2018	2017
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		
Receitas Estatutárias	14 466 828,80	14 334 134,43
Quotizações estatutárias	12 339 767,38	12 170 000,47
Taxas de inscrição - sociedades de advogados	0,00	100 000,00
Taxas de inscrição de advogados	292 690,80	271 200,00
Provas de agregação	253 300,00	291 700,00
Receitas do Estágio	1 280 820,63	1 182 872,71
Taxas de inscrição de advogados estagiários	1 144 640,00	1 032 073,33
Repetições e revisões de testes e provas	62 090,63	90 659,38
Outras receitas do Estágio	74 090,00	60 140,00
Laudos	80 000,00	50 000,00
Receita da Procuradoria e das taxas de justiça	200 000,00	200 000,00
Receitas da Formação Contínua	20 250,00	68 361,25
Formação contínua	20 250,00	57 111,25
Protocolos e parcerias	0,00	11 250,00
Subsídios	55 792,56	61 592,56
Subsídios do Estado e outros entes públicos	55 292,56	61 592,56
Subsídios de outras entidades	500,00	0,00
Outras receitas	272 850,84	342 453,24
Cedência de espaços e serviços de logística	700,00	700,00
Vendas de mercadorias e prestação de serviços	75 789,82	65 401,00
Serviços de apoio a advogados	158 915,00	174 540,00
Juros obtidos e outros rendimentos financeiros	3 246,02	57 762,24
Publicidade	2 000,00	20 000,00
Patrocínios	27 500,00	17 500,00
Outras receitas	4 700,00	6 550,00
<b>RECEITAS CORRENTES TOTAIS</b>	<b>14 795 472,20</b>	<b>14 738 180,23</b>
<b>EXCEDENTE GERADO</b>	<b>919 919,83</b>	<b>1 470 513,32</b>
<b>DESPESAS DE INVESTIMENTO</b>		
Equipamento de informática	218 660,00	114 050,00
Programas de informática	300 202,41	133 384,29
Mobiliário	29 660,00	27 500,00
Equipamento diverso	20 892,00	28 100,00
Sistema de vigilância	16 731,00	15 731,00
Sistema de segurança e medidas de autoproteção	8 100,00	0,00
Rede estruturada	20 000,00	20 000,00
Biblioteca	10 000,00	11 100,00
Grandes reparações	60 758,00	30 805,44
Rendas de locação financeira	6 819,00	6 819,00
Viatura	30 000,00	0,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL TOTAIS</b>	<b>721 822,41</b>	<b>387 489,73</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		
Alienação de viatura	6 500,00	
<b>SALDO FINAL</b>	<b>204 597,42</b>	<b>1 083 023,59</b>

Apresentando-se a estrutura das receitas e das despesas como ilustram os gráficos seguintes:



No quadro seguinte apresenta-se o resumo dos orçamentos integrados dos conselhos regionais, onde se demonstra o seu contributo para o saldo orçamental consolidado.

Resumo dos orçamentos integrados dos conselhos regionais					
Descrição	Receitas	Despesas correntes	Excedente	Despesas capital	Saldo
<b>CRL</b>	3 660 063,44	3 636 448,45	23 614,99	75 631,00	-52 016,01
<b>CRP</b>	2 735 880,72	2 364 629,19	371 251,53	105 535,00	265 716,53
<b>CRC</b>	975 209,89	928 978,52	46 231,37	50 919,00	-4 687,63
<b>CRE</b>	313 263,67	462 135,82	-148 872,15	18 610,00	-167 482,15
<b>CRF</b>	284 132,08	283 389,27	742,80	6 702,54	-5 959,74
<b>CRA</b>	52 245,80	164 992,73	-112 746,93	1 000,00	-113 746,93
<b>CRM</b>	118 529,84	229 200,50	-110 670,66	8 700,00	-119 370,66
<b>Total Geral</b>	8 139 325,43	8 069 774,48	69 550,95	267 097,54	-197 546,59

Sendo a seguinte a estrutura das despesas consolidadas orçamentadas:

Órgãos	Estrutura das despesas totais		Estrutura das despesas com pessoal	Custo per capita
Conselho geral	6 346 047	43,47%	33,73%	3 121
Órgãos da área jurisdicional do CRL	3 677 163	25,19%	32,71%	2 281
Órgãos da área jurisdicional do CRP	2 439 613	16,71%	18,45%	1 957
Órgãos da área jurisdicional do CRC	969 423	6,64%	6,72%	2 281
Órgãos da área jurisdicional do CRE	479 437	3,28%	3,97%	1 683
Órgãos da área jurisdicional do CRF	283 720	1,94%	1,93%	2 460
Órgãos da área jurisdicional do CRA	165 382	1,13%	1,25%	3 174
Órgãos da área jurisdicional do CRM	236 591	1,62%	1,24%	1 575
<b>Total</b>	<b>14 597 375</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>2 389</b>

Em anexo apresenta-se o desenvolvimento, por rubricas, do orçamento dos conselhos regionais integrados.

## CONCLUSÃO

Apesar de os saldos orçamentais individuais se apresentarem deficitários, na generalidade dos casos (excetua-se o Conselho Geral e o Conselho Regional do Porto), o orçamento consolidado apresenta-se com um saldo positivo de € 204 597,42.

Importa realçar que o excedente gerado consolidado previsto atinge € 919 919,83, dos quais se prevê aplicar em investimentos cerca de 78%, ou seja, € 721 822,41.

E, embora o saldo orçamental consolidado final previsto seja positivo, existem alguns riscos para a sua concretização.

Em primeiro lugar, a maior certeza deste orçamento é que as despesas se realizarão, uma vez cumpridos planos de atividades.

O mesmo já não sucede com as receitas, cuja probabilidade de realização é menor.

A cobrança de quotas prevista, o número de inscrições de advogados ou o número de inscrições de advogados estagiários, não são garantidas, à partida.

Assim, em todos os casos e sem que se ponha em causa o desenvolvimento das atividades decorrentes das atribuições dos diversos órgãos deve pugnar-se pela contenção das despesas e pelo rigor e disciplina da execução orçamental, pressupostos de todos os orçamentos individuais.

O acompanhamento da execução orçamental deve ser constante e sistemático, de modo a serem tomadas medidas preventivas, se for o caso, inclusive proceder à preparação de um orçamento retificativo.

Alguns dos Conselhos Regionais, em virtude de variáveis de ordem diversa - dimensão, estrutura organizativa, número e dispersão das delegações, por um lado e o número de advogados da respetiva jurisdição territorial, por outro, e cuja conjugação determina um desajustamento entre as receitas que lhes são estatutariamente imputadas e as despesas em que têm de incorrer para a realização das suas atribuições estatutárias, apresentam de forma recorrente saldos orçamentais (e execução orçamental) deficitária.

Nestes casos, desde que solicitado e fundamentado, os saldos deficitários poderão ser financiados com o apoio extraordinário do Conselho Geral, nos termos previstos nos estatutos, tal como consta no orçamento individual deste órgão.

Nos restantes casos e porque não se trata de situações estruturais, o financiamento dos seus saldos deficitários deverá ser garantido por uma eventual contenção das despesas ou pela utilização de saldos das disponibilidades transitados dos anos anteriores, a não ser que as receitas ultrapassem as previstas.

Apesar dos riscos enunciados, este orçamento respeita o princípio do equilíbrio orçamental e não põe em causa a estabilidade e equilíbrio financeiro da Ordem.

O Bastonário

---

(Dr. Guilherme Figueiredo)